



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

14 DE ABRIL
RIOCENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
DISCURSO DURANTE REUNIAO
DOS DIRIGENTES DO BANCO IN-
TERAMERICANO DE DESENVOL-
VIMENTO — BID

Meus Senhores:

É com grande satisfação que dou as boas-vindas ao Presidente Ortiz Mena e aos dirigentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A todos, apresento os meus melhores votos de pleno êxito nos trabalhos programados para este encontro.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento é um exemplo marcante das possibilidades de cooperação fraterna entre os povos deste Continente. Mais ainda, do enorme campo aberto à colaboração entre os países desenvolvidos e o mundo em desenvolvimento.

Vejo sempre o BID como instrumento de promoção do bem-comum. Presente nos mais diferentes recantos do Continente, a ação do Banco é indispensável — e praticamente insubstituível — naquelas comunidades mais carentes de recursos técnicos, humanos e financeiros, o que só organismos como o BID podem oferecer.

Coerentemente com sua posição, o Brasil tem dado apoio sincero aos esforços em benefício do progresso social e econômico dos povos do nosso continente.

Nós, brasileiros, acreditamos na eficácia do esforço solidário para a superação das dificuldades comuns. Por isso, procuramos participar, no limite de nossas possibilidades, das instituições e programas bilaterais ou multilaterais, destinados a tornar mais rápida e mais real a melhoria da qualidade da vida dos povos do nosso Continente.

Tal conceito — desnecessário é acentuar — é inseparável da necessidade de alcançar-se uma distribuição mais justa da riqueza produzida pelo trabalho do homem.

Para os brasileiros, está sempre clara e atual a idéia de ser o homem a razão e o fim do desenvolvimento. A promoção do bem-estar, a criação de condições dignas de vida e a elevação constante do seu nível, os cuidados com a saúde e a educação, a moradia saudável, e a criação de oportunidades de trabalho — e de repouso merecido na velhice, ou de assistência na enfermidade — todos esses são requisitos necessários à organização de uma sociedade estável, justa, ordeira, livre e pacífica — no uso e gozo dos seus direitos.

Em outras palavras: é na paz social — e só dentro dela — que os povos poderão realizar suas aspirações de progresso espiritual e material.

Entretanto, a concretização daqueles ideais não é comprometida só pelos fatores internos, ou pelas insuficiências próprias de cada nação em desenvolvimento. O

alto custo da energia importada e a transferência da inflação nos países desenvolvidos criam embaraços novos, de insuspeitada força, à efetivação dos anseios mais legítimos dos povos do terceiro mundo.

Como tantos outros países, o Brasil enfrenta os efeitos combinados de uma inflação elevada, do alto custo da energia importada e, conseqüentemente, de desequilíbrios nas contas externas. O Mundo é testemunha de nossos esforços no sentido de encontrar soluções adequadas para essas três questões.

Em nosso caso, a simples necessidade de manter a oferta de empregos em nível comensurável ao crescimento da população — descarta soluções recessivas. Muito ao contrário, o Brasil considera que não deve e não pode abdicar da opção de utilizar todos os fatores de produção disponíveis para aumentar a oferta de produtos, tanto no mercado interno, como no externo.

Assim, no setor da energia, estamos implementando um vasto programa de substituição de combustíveis importados por alternativas domésticas — e sobretudo renováveis.

Na luta contra a inflação, adotamos um caminho mais longo, de controle mais gradual e menos traumático. Sua base é uma política monetária firme, mas sem caráter recessivo.

A ação do Governo, nesse particular, começa com a rígida disciplina dos gastos públicos e dos planos de investimentos das empresas estatais. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se um programa coerente de controle dos preços críticos. Entre estes, os preços dos insumos, ser-

viços e bens fornecidos pelas empresas do Governo foram submetidos a controles ainda mais restritos.

Demos início a um programa gradual, porém firme, de redução de subsídios creditícios, diretos e indiretos. Paralelamente, adotamos uma corajosa política de crédito rural e de garantia de preços mínimos. Foi possível, assim, fazer frente à insuficiência da produção de alimentos e à descapitalização da agricultura. Os resultados aí estão. Em todo o Brasil, procede-se à colheita de uma safra recorde de 52 milhões de toneladas de grãos.

Ao mesmo tempo, atacamos em suas raízes mais profundas os problemas relacionados com nossas contas externas.

Não é desconhecido dos Senhores quanto pesam em nossa balança comercial as importações de petróleo, que ainda temos e teremos de fazer. Claramente, o Brasil precisava adotar, como o fez, uma política nacional de energia caracterizada, ao mesmo tempo, por sua ousadia e por seu realismo. Sua fiel e firme execução é ponto decisivo para a certeza que temos, de podermos alcançar resultados satisfatórios em nossas contas internacionais.

A médio prazo —, mas com importantes efeitos imediatos — cuidamos de promover a produção de álcool e outros combustíveis a partir de fontes renováveis. Do mesmo modo, empenhamos recursos de vulto no aproveitamento e no transporte do nosso carvão mineral. Continuamos a pesquisar sem descanso outras fontes domésticas de energia.

A curto prazo, adotamos medidas corajosas de atualização dos preços internos dos derivados de petróleo,

com a dupla finalidade de refletir os custos externos e, internamente, criar melhores condições de competitividade para os sucedâneos derivados de recursos disponíveis em nosso próprio território.

Entretanto, os objetivos da estratégia de diversificação de fontes de energia são ainda mais amplos. Seus benefícios imediatos compreendem a expansão e modernização do setor primário de nossa economia. A elevação da capacidade da agricultura de absorver mão-de-obra disponível, através desses programas, tem reflexos muito positivos sobre os fluxos migratórios do campo para as grandes cidades.

Ao mesmo tempo, o setor privado encontra, na substituição de combustíveis importados, sua primeira e real oportunidade de incorporar-se em grande escala à produção de energia no Brasil. Não preciso acentuar o quanto isto representa, em termos de reforço do sistema de livre iniciativa e de economia de mercado, sobre o qual assenta o desenvolvimento do nosso País.

Essas medidas e objetivos articulam-se perfeitamente com a adoção de políticas coerentes e coordenadas, nas áreas fiscal, monetária e de comércio exterior. Característica dessa estratégia foi a atualização realística do valor externo de nossa moeda. Ao mesmo tempo que a desvalorização do cruzeiro, eliminaram-se os subsídios fiscais à exportação e as generalizadas isenções do imposto de importação.

Despojado de artificialismo e contando com abundantes safras de produtos de exportação, o comércio in-

ternacional do Brasil reencontra agora perspectivas salu-
tares de equilíbrio.

No campo social, foi dada atenção especial à erradi-
cação de moradias sub-humanas, com ocorrência, principal-
mente, em torno das grandes cidades e regiões metropoli-
tanas. Estamos cuidando, também, de melhorar a quali-
dade do ensino. E, ao mesmo tempo, tratando de ajustar
a oferta de oportunidades de estudo e demanda de pro-
fissionais qualificados nos vários níveis.

Concomitantemente, estamos empenhados em dotar o
País de uma política salarial fundada na racionalidade das
discussões e no encontro de formas justas de conciliação
dos interesses das empresas e dos seus empregados.

O resultado da interação dos vários setores do Gover-
no, ocupados com os problemas sociais, podem ser bem
ilustrados com alguns números eloqüentes.

Nos últimos 16 anos, a população urbana mais do
que dobrou, passando de 37 para 75 milhões de habitantes.
Ao mesmo tempo, expandiram-se os serviços de saúde
pública e de assistência social. Estes últimos abrangem,
hoje, 21 milhões de segurados. Com seus dependentes,
representam 90% da população urbana brasileira.

Outro índice digno de nota é a elevação da expecta-
tiva de vida de 55 para 63 anos, somente no período de
1963 a 1979.

Em todos esses anos, a atenção do Governo esteve
voltada para a necessidade de manter elevados os índices
de emprego.

Assim, enquanto a população crescia em 57%, a força de trabalho aumentava em 85%. Ao mesmo tempo, o produto «per capita» elevou-se em 133%, em termos reais.

Finalmente, no campo político, o meu Governo deu continuidade ao processo de abertura iniciado pelo meu antecessor. A lei de anistia permitiu a reintegração à vida nacional de vários políticos, que dela se encontravam afastados. Por outro lado, criaram-se condições para a livre organização de partidos políticos, de forma a melhor representar e expressar as diferentes correntes de opinião aqui existentes.

É nesse clima de trabalho, preocupação social, e busca da conciliação política, que os Senhores nos encontram, na inauguração desta conferência dos Dirigentes do BID. Essas haverão de ser, estou certo, as melhores contrapartidas que os brasileiros oferecem ao Mundo contemporâneo.

Muito obrigado.